

O FUTEBOL BRASILEIRO NO “JOGO” DA PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER

Felipe Bertasso Tobar

106ª Defesa:

16 de fevereiro de 2017

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso (Orientadora/UNIVILLE)

Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior (membro externo/UFPR)

Profa. Dra. Ilanil Coelho (membro interno/UNIVILLE)

Profa. Dra. Patricia de Oliveira Areas (membro interno/UNIVILLE)

RESUMO

Considerado para 77% da população a primeira paixão nacional, segundo pesquisa Ibope no ano de 2013, o futebol é também um indicador empírico do que é comum aos brasileiros, uma metáfora da vida social por excelência, assim como símbolo da cultura e de identidade nacional. Desde o início da corrente década, nos três âmbitos da Federação, o país vivencia espécie de “viralização” patrimonial do futebol, com a prática do futebol, seleção brasileira, estádios, sedes sociais, clubes, torcidas, clássicos e gols sendo objetos de processos de patrimonialização. A presente pesquisa jurídico-social-cultural, amparada teoricamente nos conceitos de Pierre Bourdieu acerca da teoria dos campos sociais e *habitus*, tem por objetivos não apenas compreender e problematizar o modo como ocorrem referidos processos de patrimonialização, isto é, sua adequação à legislação e aos requisitos patrimonializadores, mas especialmente trazer à lume os interesses que estão em disputa. Para alcançar tais objetivos, adotou-se metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, com análise de Projetos de Lei, Emenda Constitucional e atas administrativas de Conselhos de Preservação do Patrimônio Cultural, mídia escrita e falada, e de fontes ‘não-tradicionais’- blogs e canais de torcedores -, que oportunizaram ampla percepção dos interesses que estavam em jogo pelos agentes dos campos do futebol, da política e do patrimônio cultural. O trabalho foi dividido em 4 capítulos, a partir da noção de estratégia de Bourdieu. O primeiro analisou as patrimonializações envolvendo a Ponte Preta, Guarani Futebol Clube, Juventus de Jaraguá do Sul, os clássicos Fla-Flu e RePa, a Torcida do Flamengo e os gols de Zico feitos no Maracanã, tendo o segundo capítulo sido reservado aos polêmicos casos dos cariocas America Football Club e Olaria Atlético Clube, e dos paraenses Clube do Remo e Paysandu Sport Club. No terceiro e quarto capítulos, são analisadas tanto as estratégias formuladas pela CBF, através de sua bancada de parlamentares, como as motivações e os interesses que vem impedindo o reconhecimento legal do futebol e da seleção brasileira como patrimônios culturais da nação. Ao final, chegou-se a várias conclusões,

destacando-se a clara manipulação de instrumentos patrimonializadores, por agentes dos campos político e futebolístico, com vistas ao ganho e conseqüente acúmulo de capitais simbólicos e atendimento à interesses privados, como postergação de dívidas e esvaziamento de leilões judiciais, que ao cabo auxiliam a manter a posição de dominância em seus respectivos campos. Por conseguinte, entendeu-se pela necessidade de melhor preparar os agentes do campo patrimonial, e à lançar novas lentes a relação entre futebol e patrimônio cultural, as quais justificariam a patrimonialização do futebol e da seleção brasileira.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Poder; Futebol Brasileiro.